

Gestão social por colegiado e extensão universitária: imaginar futuros para o território da baía da ilha grande, RJ¹

Social management by council with university outreach, forecasting Ilha Grande bay's future, RJ Brazil.

Patrick Maurice Maury²

Diná Andrade Lima Ramos³

Lamounier Erthal Villela⁴

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo⁵

RESUMO

A Política Nacional de Desenvolvimento Agrário (Lei 12188 de 2010) adotou um padrão de organização territorial envolvendo elaboração de Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS). O processo participativo foi desenhado na forma de colegiados⁶ territoriais, que, num segundo momento, receberam apoio de núcleos de extensão universitária, os NEDET⁷. Essa política pública foi descontinuada em 2016. Entretanto, alguns NEDET continuaram suas atividades com apoio das respectivas universidades, como é o caso na Baía da Ilha Grande (RJ)⁸, onde foi criado com essa finalidade o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) na UFRRJ. Na sequência, no ano de 2019, houve fortes restrições orçamentárias que afetaram as universidades públicas brasileiras, estimulando uma busca por parcerias entre as universidades, municípios, empresas e outras organizações. A questão que se coloca é a reconfiguração, no Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), da influência das diferentes categorias de agentes envolvidos, particularmente em termos de Poder público, Universidades, Empresas e Organizações sociais. Para subsidiar a discussão, entre o Colegiado BIG e a equipe de Extensão do PEPEDT, sobre a “imaginação” de futuros mais ou menos prováveis e desejados e nesta do papel da Extensão. Este artigo utiliza como marco de referência teórico o Campo do Poder, no entendimento de Bourdieu (2002), a metodologia da Prospectiva estratégica

¹ Este artigo foi indicado para Fast Track pelo XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS

² Mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Prof. visitante PEPEDT/UFRRJ, membro do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande, <http://lattes.cnpq.br/9864566437453305>. patrick.maury@ul.com.br

³ Doutora PPGTIA/UFRRJ, Coordenadora do PPGDT/UFRRJ, Pesquisadora PEPEDT/UFRRJ. <http://lattes.cnpq.br/2973656775835876>. dinalimaramos@hotmail.com

⁴ Professor permanente do DECE/ICSA/UFRRJ e dos PPGTIA e PPGDT/UFRRJ. Doutor em Economia. Coordenador do PEPEDT/LPDT/UFRRJ, <http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>. lamounier.erthal@gmail.com

⁵ Doutoranda PPGTIA/UFRRJ, Pesquisadora do PEPEDT/UFRRJ. <http://lattes.cnpq.br/2936893561013851> luferaz@yahoo.com.br

⁶ Os colegiados são instâncias de debate e orientação, encontrados com maior frequência nas políticas de saúde e territorial. Fazem parte das modalidades de participação social nas políticas públicas pós constituição de 1988.

⁷ NEDET, Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial; têm origem na chamada pública 11/2014, conjunta do MDA, CNPq e Secretaria Especial para Mulheres.

⁸ Território atualmente composto por 6 municípios do litoral sul do estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro e Seropédica (sede da UFRRJ), com tradição cafeeira, turística e importância logística.

territorial de Godet e Durance (2011), e os conceitos relacionados com a Gestão social na abordagem epistemológica de Cançado et al. (2013). O território estudado é a própria Baía da Ilha Grande, a partir da retrospectiva do Colegiado.

Palavras-chave: Colegiado territorial, Baía da Ilha Grande (RJ), Extensão universitária, Gestão social, Prospectiva.

ABSTRACT

National policy for agrarian development (Law 12188/2010) adopted one pattern for territory organization, including Sustainable Rural Territory Development Plan (PDTRS in Portuguese), for each territory. Participation process choice was collegiate. To support implementation, Ministry in charge invites universities to create teams called NEDET. This public policy was stopped in 2016, despite of that, few NEDET maintained their activities with grants of their own universities. It was the case of Ilha Grande bay (RJ) where UFRRJ established a Program (PEPEDT). Later (2019) severe public Brazilian universities' budget cut induced partnership between universities, counties, firms e other organizations. The question is what change in collegiate operation, due to influence of new different categories of agents involved, particularly in term of state, universities, firms, and social organizations. To subsidy discussion between collegiate and university team, about "building" a shared design of collegiate and university relationship, this paper uses as theoretical mark; the field of power, as defined by BOURDIEU (2002), forecasting methodology by GODET and DURANCE (2011), and social management's concepts as described by CANÇADO and others (2013). Research begun by retrospect of collegiate by himself.

Keywords: Territory collegiate, Ilha Grande bay (RJ), University outreach, Social management, Forecasting

1. Introdução

A Participação social, a partir da constituição federal "Cidadã" de 1988 conquistou um espaço institucionalizado expressivo, inclusivo no marco do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). À Extensão universitária, organizada em Núcleos, NEDETS, foi delegada a responsabilidade do apoio aos colegiados territoriais. Com a descontinuidade desta política, em 2016, iniciativas territoriais foram sustentadas por organizações locais: prefeituras, empresas, organizações da sociedade civil e autarquias, caso da UFRRJ no território da Baía da Ilha Grande (BIG), na forma de um Programa de Extensão (PEPEDT). Uma "Avaliação do Colegiado pelo Colegiado" em dezembro 2019, colocou a questão da relação "Participação social – Extensão universitária" em termos de futuro provável e expectativas. Este artigo, depois da descrição dos objetivos e da metodologia, apresenta uma análise em três etapas: (i) retrospectiva, baseada em depoimentos de conselheiros do Colegiado, (ii) prospectiva, baseada num processo participativo virtual sistematizado em dois eventos: Congresso internacional e oficina de coconstrução de um pacto pela BIG e, (iii) Avaliação de resultados e, encaminhamentos.

2. Objetivos

O objetivo geral do artigo é analisar, em termos retrospectivos e prospectivos, as mudanças induzidas no Colegiado do território da Baía da Ilha Grande, ocorridas entre maio de 2016 e dezembro de 2021, em decorrência da alteração do grau de protagonismo das principais categorias de agentes envolvidos no território.

Os objetivos específicos são

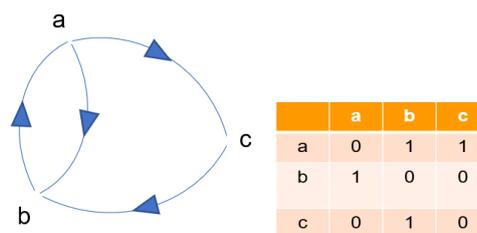
- Compreender o efeito das relações entre Pontos fortes, Oportunidades, Pontos fracos e Ameaças na dinâmica territorial;
- Caracterizar o campo do poder no qual está evoluindo a relação entre o Colegiado e a Extensão.
- Traçar um caminho crítico para a discussão dos futuros imaginados.

3. Metodologia

O artigo se situa na linha das discussões que procuram contribuir para uma definição da Gestão Social, neste caso, a partir de uma dupla perspectiva: seu uso pela extensão universitária, no caso do território da Baía da Ilha Grande (RJ) e, as relações entre as áreas do conhecimento mobilizadas que configuram um processo epistemológico (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Trata-se de uma abordagem matricial com referência no conceito de Campo de Poder na obra de BOURDIEU (2002, 2010 e, [1990] 2019). Nesta abordagem, analisa-se: a atuação de agentes sociais em seus próprios campos (“habitus”); nos campos dos outros agentes (variáveis); e, de maneira sistêmica, todas as relações de influência – diretas e indiretas - entre habitus e variáveis no campo do poder.

Trata-se de análise, de tipo qualitativo-quantitativo, embasada nas propriedades da multiplicação matricial booleana (BOOLE [1854] 2009) como mostra a figura 1 a seguir.

Figura 1 – Fundamentos do cálculo matricial booleano.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 1 mostra uma situação em que os participantes da análise consideraram a existência de 3 variáveis: “a”, “b” e “c” observando a existência das influências de “a” sobre “b”, “b” sobre “a”, “a” sobre “c” e, “c” sobre “a”. Estas influências são registradas na forma de uma matriz (figura acima) que multiplicada às potências 2 a 5 revela as influências indiretas, como é caso, nesta figura, de “c” sobre “a”, por intermédio de “b”, também de “a” sobre si próprio por intermédio de “c” e “b”. Este modo de cálculo estatístico que revela as influências indiretas, permitindo ordenar as variáveis segundo seus graus de influência e dependência no sistema estudado. Permite também prever as modificações deste ordenamento no tempo, a partir do número de influências indiretas existentes no ciclo pelo qual passa a influência indireta de uma variável sobre outra.

Cada ponto relacional corresponde a uma variável específica. Por meio de propriedades da multiplicação de matrizes é possível quantificar o grau atual das influências diretas e indiretas entre essas variáveis, bem como a mudança desta no tempo em horizontes entre 5 e 15 anos. Consegue-se desta maneira compreender a dinâmica do sistema em estudo.

A aplicação da metodologia, particularmente as grades de análise e os aplicativos, provêm da Prospectiva estratégica territorial de GODET e DURANCE (2011) do CNAM, ela propicia consistência estatística e participação social na análise das relações de influência e dependência de maneira a compreender (i) a dinâmica territorial em termos de variáveis-chave (análise estrutural), (ii) as perspectivas de pactuação entre agentes a partir de suas percepções de ameaças e oportunidades (análise do jogo de atores), (iii) imaginar e desenhar futuros no marco da relação entre o Colegiado e a Extensão (Painel de especialistas).

4. Análise

A análise está organizada em três etapas: (i) Retrospectiva do Colegiado territorial da Baía da Ilha Grande a partir dos estudos disponíveis e da avaliação do Colegiado pelo Colegiado, (ii) Prospectiva da relação Colegiado - Extensão, construída no ambiente virtual, partir de “Bate Papo com Colegiado”, apresentações em Congresso e, realização de oficinas durante todo o ano de 2020, (iii) Avaliação de resultados em termos de conclusões e encaminhamentos.

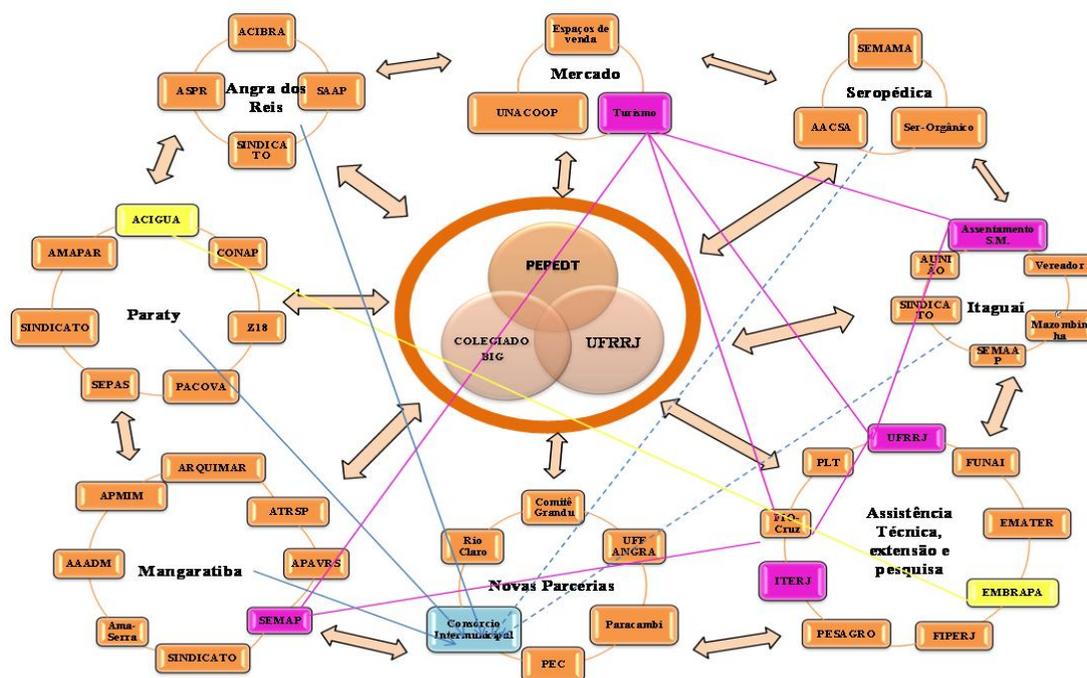
4.1 Retrospectiva: avaliação do Colegiado pelo Colegiado

A visão retrospectiva do Colegiado BIG foi sistematizada a partir do artigo de RAMOS e VILELA (2019), figura 2, e da descrição resumida dos Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças (matriz FOFA), figura 4.

A matriz FOFA é uma metodologia que foi muito utilizada na elaboração dos planos de desenvolvimento territorial rural e sustentável (PDTRS). Ela apresenta, entretanto, algumas limitações na medida em que não evidencia relações entre seus componentes e não relaciona seus componentes com atuação de responsáveis, atores ou agentes. Além disto muitas vezes surgem dúvidas sobre a classificação das variáveis num ou outro quadrante. Por exemplo, os megaempreendimentos podem ser classificados como ameaças para a agricultura familiar, mas também como oportunidade pelo fato de apoiar os projetos dos mesmos e oferecer empregos. A metodologia utilizada nesse artigo busca superar essas limitações.

Para compreender as relações entre as categorias de agentes envolvidos, pode-se observar, na figura 2, datada do início de 2019, que o protagonismo do Governo Federal (MDA, na origem) já foi substituído por relações entre um Programa de Extensão (PEPEDT), sua instituição mãe: a UFRRJ e, o Colegiado BIG. A dinâmica territorial aparece assim como o resultado das relações internas desse núcleo e, deste com cinco municípios (Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Seropédica e, Itaguaí), o mercado, serviços de assistência técnica e pesquisa, e, novas parcerias entre as quais o município de Rio Claro.

Figura 2 – Desenho do Colegiado BIG na forma de gráfico de rede.



Fonte: Ramos e Vilela (2019)

Dentre as ações do PEPEDT destaca-se seu papel na articulação do Colegiado BIG, especialmente em apoio à sociedade civil. Por exemplo, a aproximação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu (CBH Guandu), a adesão de outros municípios (Rio Claro) e, outras ações em andamento. Entre estas cabe registrar (i) Apoio à criação de um consórcio de municípios; (ii) Articulação, junto à SEAD, à UFRRJ e ao Governo federal para financiamento de um projeto de “formação cidadã e agroecológica do jovem rural do estado do Rio de Janeiro”; (iii) Acordo de cooperação técnica entre a UFRRJ e o Município de Mangaratiba, finalmente, (iv) a partir da estrutura da UFRRJ, ações de capacitações nas atividades que compõem o APL em construção, transferência de tecnologias sociais e cursos de formação de conselheiros. Os Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças apresentados pelos conselheiros na referida reunião foram resumidos na figura 3

Figura 3 – Descrição das variáveis (Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças)

Nº	DESCRIÇÃO	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIAS E PERSPECTIVAS
1	Unacoop unifica acesso social ao mercado	UNACOOOP	Organização institucional para indução e controle da dinâmica social
2	Mega Empreendimentos	M_EMPREEND	Emblema do Pacto político federal estadual – no território
3	Organizações coletivas segmentadas	SEGMENT_OS	O discurso do empreendedorismo estimula competição predatória em vez de APLs
4	Questão ambiental reúne diversas pautas	CONVRG_AMB	Oportunidade para o Colegiado numa perspectiva de Pacto político
5	Extensão, NEDET, PEPEDT	EXTENSÃO_U	Evolução da perspectiva de serviços para uma problemática de protagonismo social
6	Polo Tecnológico	POLO_DFORA	Inovação tecnológica aos serviços de megaempreendimentos ou de autonomia?
7	Capacidade de interpretação	INTERPRETA	Visão estratégica do território socialmente apropriada (Controle social)

8	Desmonte das políticas territoriais	DESMONTE_P	Corte de recursos que sustentam a organização territorial sindical e familiar
9	Consórcios intermunicipais para Integrar Gestão	CONSORCIOS	Oportunidade de protagonismo político territorial
10	Organização territorial dos municípios	INST_FRAGL	Omissão do governo no território transferindo suas responsabilidades para empresas
11	Visibilidade do apoio a projetos sociais	VISIVEL	Apoio a projetos sociais motivo do apoio de megaempreendimentos
12	Negação dos direitos à terra das populações tradicionais	NÃODIREITO	Unidades de Conservação e Território de Comunidades Tradicionais objetos de especulação fundiária e imobiliária.

Fonte: Elaborado pelos autores

Este conjunto de variáveis foi organizado na perspectiva do Colegiado com a seguinte distribuição em termos de Pontos fortes, Oportunidades, Pontos fracos e Ameaças (figura 4, a seguir).

A primeira etapa da análise retrospectiva consiste em qualificar as variáveis a partir de sua descrição, denominação para edição de gráficos e estabelecimento de referências para facilitar a compreensão da natureza das relações (variável). A clareza dessas descrições é fundamental para, em seguida quantificar a influência de cada uma das variáveis da matriz FOFA sobre as demais e qualificar a dinâmica do Colegiado BIG.

Para mensurar como as variáveis elencadas afetam a dinâmica do Colegiado BIG, estimou-se a influência direta de cada variável, com um intervalo de 0 a 3 (fraco, médio, forte, respectivamente) sobre o comportamento das demais, figura 5.

Como indicado no item 3 deste artigo (Metodologia), o resultado obtido pela multiplicação da matriz, nesta etapa, mostra uma estabilização das influências, neste caso na quinta potências, ou seja, o momento em que estão identificadas e quantificadas todas as influências diretas e indiretas e, podem ser representadas as tendências de deslocamento do grau de influência das variáveis nos próximos 15 anos (2020-2035). Esse resultado é fornecido pelo aplicativo na forma de um gráfico (figura 6) obtido pelo uso do aplicativo Micmac (GODET e DURANCE, 2011).

Figura 4 – Matriz FOFA. Retrospectiva e Expectativas do Colegiado BIG

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> UNACOOP presente desde a constituição dos territórios e base da malha estadual da comercialização dos produtos da Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> MEGA EMPREENDIMENTOS sem conhecimento de expectativas do Colegiado oferece apenas assistencialismo.
<ul style="list-style-type: none"> VISIBILIDADE das ações das Organizações Sociais: Inserção nos mercados institucionais, trilha turística, Feiras da AF, Agroecologia, Capacitação... 	<ul style="list-style-type: none"> ORGANIZAÇÃO COLETIVA com baixo protagonismo, particularmente nas organizações cooperativas induzidas por políticas públicas
<ul style="list-style-type: none"> EXTENSÃO universitária continuada a partir do NEDET 	<ul style="list-style-type: none"> POUCA TRANSPARÊNCIA do polo tecnológico do mar
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO pelas organizações sociais no turismo, comercialização, certificação, rastreabilidade e outras ações. 	<ul style="list-style-type: none"> DESMONTE DAS POLÍTICAS e instrumentos de (1) apoio à Agricultura Familiar e Populações Tradicionais e (2) ordenamento territorial urbano e ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> CONVERGENCIA AMBIENTAL reunindo interesses antagônicos e diversas territorialidades, por exemplo: contra o transbordo de petróleo; para o gerenciamento costeiro: BIG = projeto piloto; 	<ul style="list-style-type: none"> NEGAÇÃO DOS DIREITOS das populações tradicionais <ul style="list-style-type: none"> Garantias fundiárias Garantias de ir, vir e receber visitas
<ul style="list-style-type: none"> ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL a partir de cooperação municípios – UFRRJ, projeto de Consórcio Intermunicipal e apoio do PEPEdT (plataforma de Gestão Social). 	<ul style="list-style-type: none"> MARCO INSTITUCIONAL FRACO <ul style="list-style-type: none"> Secretarias municipais agricultura Unidades de Conservação Assentamentos da RA

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de depoimentos e validação em reunião do Colegiado

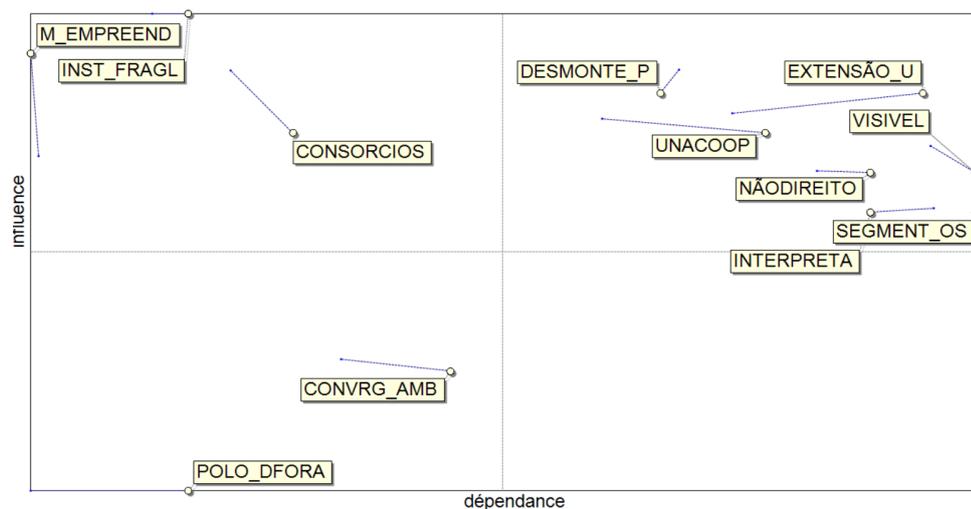
Figura 5 - Influência das variáveis da FOFA na dinâmica do Colegiado BIG

	1 : UNACOOP	2 : M_EMPREEND	3 : SEGMENT_OS	4 : CONVRG_AMB	5 : EXTENSÃO_U	6 : POLO_DFORA	7 : INTERPRETA	8 : DESMONTE_P	9 : CONSORCIOS	10 : INST_FRAGL	11 : VISIVEL	12 : NÃODIREITO
1 : UNACOOP	0	0	3	1	1	0	1	2	0	1	3	1
2 : M_EMPREEND	1	0	2	3	2	3	1	0	2	0	0	1
3 : SEGMENT_OS	2	0	0	0	1	0	3	1	0	0	2	2
4 : CONVRG_AMB	2	1	0	0	2	0	1	0	0	0	1	0
5 : EXTENSÃO_U	1	0	2	2	0	0	3	1	1	0	2	2
6 : POLO_DFORA	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
7 : INTERPRETA	0	0	2	1	1	0	0	2	0	0	3	2
8 : DESMONTE_P	2	0	3	0	2	0	2	0	0	1	2	2
9 : CONSORCIOS	2	0	0	0	2	0	1	2	0	2	2	2
10 : INST_FRAGL	2	0	2	1	2	1	1	2	1	0	2	2
11 : VISIVEL	1	0	2	0	2	0	2	2	1	0	0	2
12 : NÃODIREITO	1	0	3	1	2	0	2	1	1	0	1	0

© IJRSOR-EPTA-MCMAC

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 6 – Resultado gráfico da multiplicação matricial aplicada na matriz FOFA



Fonte: os autores com uso do aplicativo Micmac (Godet e Durance, 2011).

A interpretação deste tipo de gráfico é bastante simples: quanto mais alta no quadro fica a variável, mas ele será influente; quanto mais a direita, mais dependente ela se mostra. Temos assim basicamente quatro divisões: em cima e a esquerda as variáveis estruturantes, em cima e a direita variáveis também influentes, porém dependentes. Todos os mecanismos de participação, por natureza dependentes, se encontram normalmente neste quadrante. O jogo dos atores pode alterar significativamente o posicionamento destas variáveis. As variáveis em baixo e a esquerda: pouco influentes, mas também pouco dependentes são relevantes para a visão de futuro. As variáveis em baixo e a direita podem também ser relevantes quando situadas perto dos eixos do gráfico ou têm uma seta que aponta para um descolamento futuro nestas direções. A setas indicam o deslocamento do grau de influência de cada variável no horizonte de quinze anos 2035.

O gráfico (Figura 6) fornece alguns parâmetros da dinâmica do Colegiado BIG. Entre as variáveis estruturantes os consórcios intermunicipais (Consortícios), com forte tendência de ganho de influência e autonomia. Entre as variáveis de participação: a extensão universitária (Extensão_U) e as políticas estaduais de apoio à agricultura familiar (Unacoop) ambas com forte tendência de ganho de autonomia. Com menor dinamismo e maior dependência as ações em favor dos direitos das populações tradicionais da conservação ambiental (Nãodireito) e, o interesse das empresas de se promover por meio de ações de apoio ao Colegiado (Visível). Finalmente, a convergência de diversos interesses dos atores para a pauta ambiental (Converg_Amb) ainda com pouco influência, mas com forte tendência de ganho de autonomia.

As demais variáveis aparecem como variáveis de contexto, por terem muito influência e baixa dependência, ficando assim fora do alcance do Colegiado, caso dos Megaempreendimentos (M_Empreend), da Fragilidade institucional dos municípios (Inst_Fragl) e Desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar e população tradicional (Desmonte_P), ou, ao oposto, muita dependência e não apresentam nesta primeira etapa da análise, perspectiva contribuição significativa à dinâmica do Colegiado, trata-se da falta de coordenação das organizações sociais (Segment_OS) e da capacidade de interpretação da realidade territorial (Interpreta).

A Retrospectiva do Colegiado BIG, como aparece na figura 5 pode ser resumida em quatro grupos de variáveis-chave em posições análogas de influência: (i) os megaempreendimentos e a fragilidade institucional dos municípios, (ii) o desmonte das políticas públicas, a extensão universitária e o apoio à agricultura familiar e, (iii) a negação dos direitos das populações tradicionais, a segmentação da ação das organizações da sociedade civil e, a capacidade de interpretação das dinâmicas territoriais. Duas variáveis

ocupavam posições de destaque pela sua dinâmica: os consórcios intermunicipais e a convergência das pautas sociais e ambientais.

Estas posições análogas de influência indicam a priori variáveis características de (i) sistema hegemônico (megaempreendimentos-heteronomia municipal) tendo como efeitos (ii) fragilidades da sociedade (precariedade dos direitos, das organizações sociais e, dos comportamentos críticos) e (iii) potenciais de mudança, muito influentes e muito dependentes (políticas públicas, extensão, apoio aos agricultores familiares). Neste contexto, os dois vetores dinâmicos no horizonte 2035-2040 são (i) organização territorial (consórcio intermunicipais), possivelmente de geografia variável com interesses específicos e, (ii) sinergia desta com (convergência das questões sociais e ambientais).

A retrospectiva forneça assim um primeiro esboço do desenho de futuros do território da BIG: combinando os três grupos de variáveis em função da probabilidade de evolução dos vetores dinâmicos. Para qualificar estas probabilidades, a prospectiva a seguir vai examinar a relação organização social – extensão universitária comparando o esquema Colegiado x PEPEDT com outros três.

4.2 Prospectiva da relação Colegiado – Extensão

A construção da visão prospectiva se deu, durante todo o ano 2020, nas condições peculiares da pandemia, que acabaram induzindo muitas iniciativas no campo virtual para compensar o distanciamento físico. Neste contexto, três momentos de diálogo constituíram contribuições marcantes que motivaram três reuniões virtuais do Colegiado, com pauta única.

Inicialmente, o PEPEDT reestabeleceu o contato com os membros do Colegiado na forma de “Bate Papo com Colegiado” iniciando com a retrospectiva das atividades do PEPEDT e evoluindo para diálogos virtuais com conselheiros nas suas respectivas comunidades, discutindo desafios e adaptações, os vídeos produzidos pelos integrantes do PEPEDT e as participações nos debates na internet seguem disponíveis na aba vídeos da página do PEPEDT <https://www.facebook.com/pepedtufrrj/>. Neste primeiro momento começou também a ser explicitada a influência das referências à Gestão Social nas atividades do PEPEDT. Estas referências são sistematizadas nos encaminhamentos.

Num segundo momento, já no período prévio às eleições municipais, ocorreu a proposta de uma coalizão de organizações sociais atuando no litoral do estado do Rio de Janeiro de estabelecer um “Pacto pelo Mar” no marco da Década dos Oceanos (2021-2030) com referência nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS estabelecidos pelas Nações Unidas (<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>). Após participar das discussões iniciais, o Colegiado decidiu apoiar a iniciativa, propondo (i) incluir no foco dos oceanos o fluxo das águas nos aquíferos, bacias hidrográficas e atmosfera, e (ii) atuar particularmente no eixo Troca de Saberes na relação com os dois outros adotados pela Coalizão: Lutas e Comunicação. A decisão de integrar a Coalizão do Pacto pelo Mar foi tomada numa segunda reunião virtual do Colegiado (a XXI) que decidiu também incorporar a dinâmica do Pacto e a referência dos ODS aos seus processos de organização e visão prospectiva.

Deste segundo momento resultou a decisão de construir um Pacto pela BIG, utilizando conjuntamente os ODS e a retrospectiva do Colegiado. Esta reflexão deu conteúdo à continuidade dos Bate Papos com Colegiado e à participação do Colegiado no Primeiro Congresso Internacional da Rede CT.

Esses momentos apontaram conjuntamente para novas perspectivas de atuação do Colegiado a partir do território do Colegiado, ampliando o protagonismo das organizações sociais, apoiando comunidades tradicionais e reconfigurando o apoio tradicional aos conselhos e outras instâncias de participação social. A sistematização dos resultados acumulados neste período foi realizada em duas oportunidades:

- Primeiro Congresso Científico Internacional da Rede CT quando o PEPEDT organizou uma mesa sobre Pacto pelo Mar e Comunidades Tradicionais do litoral Fluminense e um Grupo de Trabalho. Neste grupo pesquisadores do Programa apresentaram uma discussão sobre “Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ”, selecionada para publicação pela RedeCT
- Oficina de coconstrução do Pacto pela BIG. Sistematizada numa carta do Pacto pela BIG

Estes dois eventos forneceram contribuições essenciais para “imaginar’ futuros para o território da BIG; no primeiro a extensão assumiu uma perspectiva plural e relacional com múltiplas formas de organização social, principalmente: fóruns, observatórios, comitês, conselhos, coletivos e colegiados. No segundo fez evoluir a matriz relacional do seu campo de poder qualificando novos agentes, novos campos e adotando os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS com painel de indicadores de sustentabilidade da BIG.

4.3 Rede entre Extensões

No intuito promover a análise e discussão do campo de poder foram desenhados dois campos de poder, o primeiro com ênfase na atividade de extensão do PEPEDT no Colegiado BIG e o segundo no intuito de relacionar extensões e formas de organização social com as quais essas estabelecem suas relações no território da BIG e adjacências.

O primeiro campo de poder foi desenhado a partir da autoavaliação do Colegiado BIG no marco da Gestão social. A matriz foi construída a partir das posições de agentes em campos que delimitam o campo do poder, com segue:

- Quatro categorias de agentes: Poder público, Universidades, Empresas e Organizações sociais;
- Quatro campos relacionados diretamente aos agentes: Organização Política - OP, Desenvolvimento Científico e Tecnológico - DCT, Desenvolvimento Territorial Sustentável - DST, Cidadania Deliberativa - CD.

A estrutura desta matriz é caracterizada também por uma diagonal de “habitus” de atuação dos agentes nos seus respectivos campos. O desenho da matriz constitui uma grade de referência para (i) aprofundar a análise da dinâmica do Colegiado BIG, (ii) esboçar o processo epistemológico da extensão e, (iii) comparar as dinâmicas. A figura 7 apresenta essa matriz preenchida com as variáveis da matriz FOFA.

Figura 7 –Matriz do campo do poder na Baía da Ilha Grande BIG a partir da FOFA

Agentes	Poder público	Universidades	Empresas	Organizações sociais
Campos				
Organização política	UNACOOOP Políticas estaduais de AF e CT		M_EMPREEND Mega Empreendimentos	
Desenvolvimento Científico Tecnológico	CONVERG_AMB Convergência ambiental	EXTENSÃO_U NEDET – PEPEDT	POLO_DFORA Pouca transparência	INTERPRETA Capacidade de interpretação
Desenvolvimento Territorial Sustentável	DESMONTE_P Desmonte das políticas territoriais	CONSORCIOS Organização intermunicipal	VISIVEL Visibilidade do apoio	SEGMENT_OS Organização coletiva
Cidadania Deliberativa	NÃO DIREITO Negação dos direitos	INST_FRAGIL Marco institucional fraco		

Fonte: os autores

A matriz mostra, além dos pontos já evidenciados na retrospectiva, alguns aspectos relacionais do Colegiado na visão do Colegiado. Primeiramente o colegiado não coloca na sua avaliação a perspectiva do colegiado como instância de participação. Também, pode ser registrada a ausência da perspectiva do agente Universidade como ator do campo da organização política, igualmente da atuação do agente Empresas na Cidadania Deliberativa e, de mecanismo de participação institucional no campo da organização política. Constitui-se desta maneira um conjunto de questões ao Colegiado importantes de ser discutidas para desenhar seus futuros.

No intuito de examinar as questões colocadas a partir da figura 7 foi desenhado um campo de poder das extensões, utilizando os mesmos campos de atuação escolhidos para a BIG-PEPEDT permitindo a comparação a partir de quatro políticas públicas: Saúde: SUS, Recursos hídricos: PNRH, Sustentabilidade: Agroecologia e, Agrária: Titulação. Este estudo de caso, desenvolvido no referido capítulo de livro (MAURY, LAMOUNIER, RAMOS, LIMA, 2020)

Figura 8: Matriz de atuação de Instituições de Extensão em Comunidades tradicionais

Campos/Agentes	FIOCRUZ	CBH	UFRRJ	MST
Organização política	SUS	PNRH	Agroecologia	Titulação
DTS-Desenvolvimento Territorial Sustentável	Saúde Comum (SaudeComum)	CBH	PEPEDT	Assentamento
DCT-Desenvolvimento Científico Tecnológico	Observatório (Observatór)	SNIRH	Gestão Social (Gest_Soc)	Escola MST
Cidadania Deliberativa	Fórum	X	Colegiado	Coletivo

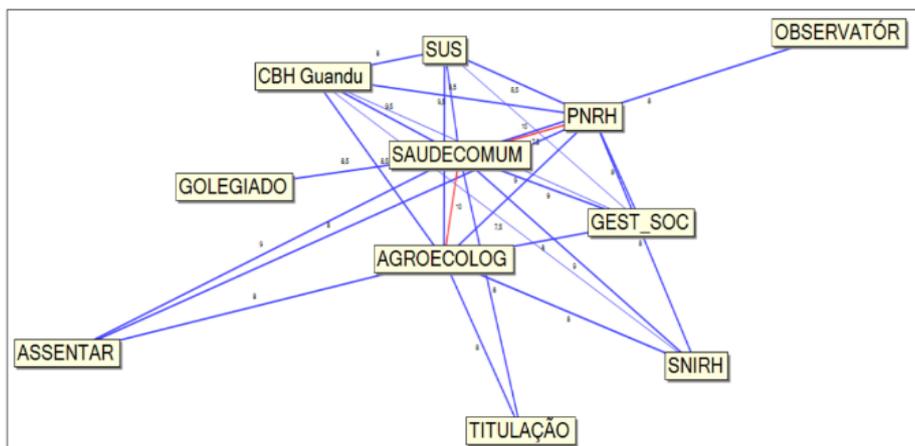
Fonte: Maury, Lamounier, Ramos e Lima, 2020

Neste caso, o que é avaliado é a percepção de cada um dos agentes em relação às posições dos demais, em termos de ameaças e oportunidades. Neste artigo não são apresentados os detalhes da aplicação da metodologia por estarem descritos no artigo em referência e utilizar a mesma metodologia apresentada neste artigo. Convém apenas registrar o uso de um outro aplicativo específico das relações entre atores (Mactor).

Na figura 9 a seguir observa-se que a maior capacidade de articulação é a variável Saúde Comunitária (SAUDECOMUM). Entre as instâncias de participação social institucional - Observatório, Colegiado, Coletivos e CBH Guandu -, o último aparece com maior capacidade de articulação, provavelmente por ter caráter deliberativo e normativo. Comparando as referências das entidades de extensão, a UFRRJ possui a maior capacidade de articulação em decorrência de suas especializações em Agroecologia e Gestão Social, com forte aplicabilidade no território analisado.

Em seguida vem o CBH, que disponibiliza, a partir do SNIRH (Sistema Nacional de Recursos Hídricos), uma detalhada base de dados cartográficos sobre a integralidade do território. O MST, por sua vez, aparece como organização muito autônoma com o habitus COLETIVOS e articulada com as outras organizações de extensão do território, em particular por meio da política pública de titulação e, principalmente, de assentamentos, variável ASSENTAR.

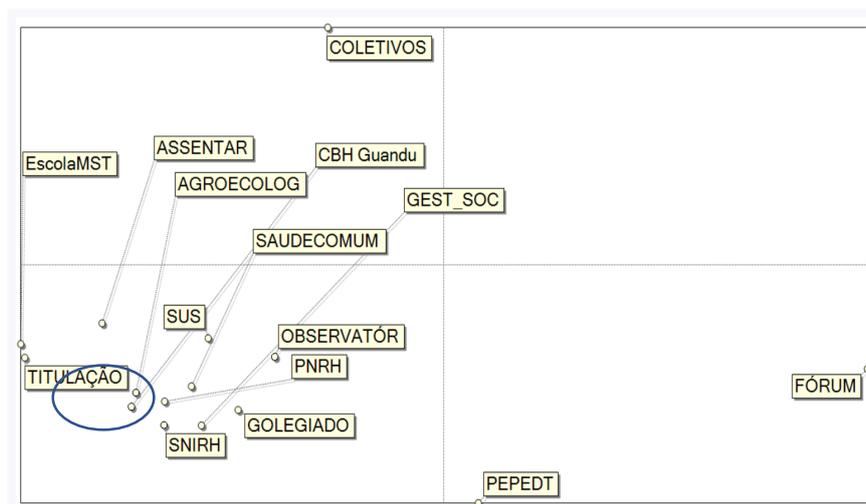
Figura 9: Formação de rede entre os agentes



Fonte: os autores, utilizando o aplicativo Mactor.

A Figura 10, gráfico produzido a partir pontuação da mesma matriz, mostra o grau de proximidade entre as quatro instituições resultando do balanço das ameaças e oportunidades decorrentes das posições dos agentes. Observa-se a convergência das instituições em relações às variáveis e permite indicar o escopo de interesses comuns (destacados pelo círculo na figura) e, portanto, probabilidades de cooperação. Nela, é possível identificar uma pauta de coordenação e cooperação das quatro instituições que abrangem duas variáveis de governança política: Gestão de Recursos Hídricos e Agroecologia; duas variáveis de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Saúde Comunitária e CBH; duas variáveis de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCT): Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH-Hidroweb) e Gestão Social; e um mecanismo de Cidadania deliberativa: o Colegiado BIG. O MST, que não tem nenhuma das suas variáveis no foco inicial, tende a ter participação fundamental por ser referência nacional na política de Agroecologia, inclusive nos mecanismos de cadastramento dos produtores para apoio ao beneficiamento em agroindústrias familiares e à comercialização.

Figura 10: Convergência de interesse para estabelecer uma pauta comum



Fonte: os autores, utilizando o aplicativo Mactor.

A análise da relação organização social – extensão a partir da análise de mesmos campos e em territórios análogos, variando apenas as Extensões, amplia consideravelmente o chão de futuros da BIG pelas perspectivas de parcerias e convergência de pauta entre as extensões, mesmo considerando divergências de foco e interesses.

Neste momento da Prospectiva pode ser evidenciado uma ampliação das variáveis, em termos qualitativos e quantitativos a serem incluído no desenho dos futuros. A retrospectiva mostrou, na variável consórcio, a importância de relações flexíveis intermunicipais e da convergência das pautas sociais e ambientais, pelo potencial de apresentarem de aumentar, de maneira sistêmica, a influência da extensão, das políticas públicas territoriais e, análise crítica (interpretação). Já na prospectiva, o desenho do campo do poder da relação organização social - extensão universitária, na perspectiva do Colegiado BIG (Figura 8) apontou a ausência de percepção do Colegiado de sua influência nos campos da organização política e da Cidadania deliberativa (hábitus) posição na qual o Colegiado BIG poderia identificar sua própria influência. Além disto, estão também ausentes a influência das universidades na organização política e a ausência do agente Empresas no campo Cidadania deliberativa. Quando a relação BIG-Extensão está colocada numa matriz com os mesmos campos, ao lado de outras extensões (Figura 9) aparece como principal ponto de convergência das extensões: Saúde comunitária e quando consolidado o balanço das suas percepções recíprocas de ameaças e oportunidades (Figura 10) estabelece-se uma potencial pauta comum com seis itens sendo três relacionados com recursos hídricos, por ordem: Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (PNRH) e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH Guandu), dois de agricultura familiar: agroecologia e gestão social e, novamente saúde comunitária. Más, nesta parte da prospectiva ainda predominam os saberes acadêmicos e uma configuração unificada dos futuros ainda precisa imaginada e desenhada. Da participação do Colegiado BIG na coalizão do Pacto pelo mar ficaram três referências que pautaram os futuros da relação Colegiado BIG – Extensão universitária: Pacto, Diálogo de saberes e ODS. A partir deles foi construída, com programação para realização em quatro semanas, a oficina do Pacto pela BIG.

4.4 Reconfiguração da Matriz do Campo de Poder

A oficina de coconstrução do processo que poderia resultar, a partir de 2021, num pacto pela BIG assumiu inicialmente a discussão de (i) uma agenda de governança territorial em prol do desenvolvimento sustentável, (ii) um escopo de demandas por políticas públicas no âmbito do território e, a perspectiva de utilizar os ODS como um sistema ou painel de indicadores. Foi mantido o desenho da matriz do campo de poder reconfigurada com campos que, na percepção dos participantes, são aqueles prioritários para compor um pacto de sustentabilidade para o território da BIG. Um consenso se desenhou a partir de quatro campos percebidos como bens comuns: (i) Segurança alimentar, agroecologia e território, (ii) Identidade, cultura e educação, (iii) Saneamento, resíduos e saúde e, (iv) Participação, organização social e política.

Na segunda reunião da oficina foi estudada a possibilidade de associar os ODS como indicadores e a conclusão foi positiva: os ODS assim organizados permitem monitorar se a sustentabilidade do campo está ou não efetivamente alcançada. Com isto, o painel de indicadores para o Pacto pela BIG poderia ser organizado da seguinte maneira:

- Segurança alimentar, agroecologia e território: ODS 2 - Fome Zero, 12 - Consumo e produção responsáveis, 13 – ação contra a mudança do clima, 15 – vida terrestre;
- Identidade, cultura, educação: ODS 1 – Erradicação da pobreza, 4 – Educação de qualidade, 5 – igualdade de gênero, 11 – cidades sustentáveis;
- Saneamento, resíduos, saúde: ODS 3- Saúde e bem-estar, 6 – água potável e saneamento, 7 – energia limpa e acessível, 14 – vida na água;
- Participação, organização, política ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico, 9 – Indústria, inovação e infraestrutura, 10 – Redução das desigualdades, 16 – paz, justiça e instituições eficazes.

Na terceira reunião da oficina, foi discutida quais categorias de agentes deveriam compor a linhas de ação do Colegiado, sendo basicamente: articulação territorial, extensão universitária, organização social e administração municipal. Estas linhas de ação foram assim descritas:

- Administração municipal, principalmente os conselheiros dos múltiplos conselhos que fragmentam o controle social e são habitualmente presididos pelos secretários das pastas e os agentes municipais.
- Articulação territorial: principalmente as instâncias de gestão dos recursos hídricos, das Unidades de Conservação e de licenciamento Ambiental, em escala infra estadual e supra municipal.
- Organização social, incluindo as instâncias relacionadas com a organização do trabalho, principalmente sindicatos e todas as formas de luta e auto-organização de gênero, jovens, meio ambiente e, economia solidária, entre outras.
- Extensões universitárias, em apoio às três anteriores, envolvendo acesso e interpretação de informação, troca de saberes e, difusão de conhecimento científico.
- Na quarta oficina buscou-se identificar indicadores de efetividades dos campos estabelecidos na primeira oficina. A discussão levou a um conjunto de efeitos ou resultados esperados que, relacionados com as referidas linhas, apontam para diversas perspectivas de respectivos resultados:
- Acesso solidário aos recursos, com ênfase ao “interesse comum bem compreendido”;
- Inclusão nas lutas e produção de saber;
- Cuidados pela vida, controlando os riscos sistêmicos;
- Pactuação e gerenciamento do uso dos recursos.

Desta maneira foi produzido a imagem uma nova matriz para o campo de poder do Colegiado (figura 11) estruturando uma nova narrativa que conta os futuros imaginados a partir de um sistema de gestão da sustentabilidade do território, constituindo uma base para um possível pacto pela BIG.

Figura 11: Indicadores de ações do Pacto pela BIG relacionando funções em campos

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Efetividade / resultados esperados
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 – Fome zero	ODS 15 – Vida terrestre	ODS 13 – Ação contra a mudança do clima	ODS 12 – Consumo e produção responsável	ACESSO solidário aos recursos
Identidade, cultura e educação	ODS 11 - Cidades sustentáveis	ODS 1 – Erradicação da pobreza	ODS 4 – Educação de qualidade	ODS 5 – Igualdade de gênero	INCLUSÃO das lutas e produção de saberes
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 – Saúde e bem estar	ODS 6 – Água potável e saneamento	ODS 14 – Vida nas águas	ODS 7 – energia limpa e acessível	CUIDADO com a vida controlando riscos
Participação, organização, política	ODS 16 – Paz, Justiça e instituições eficazes	ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento	ODS 10 – Redução das desigualdades	PACTUAÇÃO e controle dos recursos
Monitoramento da Eficácia da alocação dos recursos					ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Fonte: Carta do Pacto pela BIG, <https://www.facebook.com/pepedtufrrj/>

Essa “imagem” sistematiza as futuras linhas de ação que poderão ser objeto do Pacto pela BIG e, a transição realizada pelo Colegiado BIG entre o protagonismo federal e o territorial. A relação com as extensões permite que o Colegiado integre novas funções-chave já identificadas na Retrospectiva e reelaboradas na Prospectiva que orientam um processo permanente de gestão da sustentabilidade do território.

5. Resultados e encaminhamentos

A transformação que está ocorrendo no Colegiado BIG a partir da troca de saberes e nela a inserção da extensão universitária, está se organizando na forma de um observatório social-territorial para o qual, junto com a ideia geral, foram aprovados alguns princípios na primeira reunião do Colegiado de 2021. O primeiro princípio é de uma linguagem essencialmente gráfica notadamente mapas onde todos os envolvidos podem se situar. Com isto a missão do observatório pode ser a efetividade da troca de saberes para a reterritorialização da Baía da Ilha Grande. O início da troca começa pela bacia hidrográfica do Rio Bracuí que desagua no município de Angra dos Reis. O rio deu seu nome a uma comunidade quilombola e a um projeto de pequena central hidroelétrica – PCH a montante. A ameaça configurada por este projeto, logo percebida, se revelou na prática constituir um risco múltiplo e antecipar conflitos que já incluem relações com unidades de conservação ambiental – UC, turismo e comunidades caiçaras e, entre muitas outras com a missão da Defesa Civil, pela presença a jusante da planta de energia nuclear de Angra dos Reis.

A bacia hidrográfica do rio Bracuí configura assim um risco sistêmico, análogo à maioria dos megaempreendimentos de processamento e logística de minério e de petróleo, além de suas funções logísticas em terra e no mar. A possibilidade de uma comunidade quilombola enfrentar um projeto de PCH ou de comunidades caiçaras impedirem petroleiros gigantes de transbordar sua carga parece de repente imaginável pela união dos ameaçados e impactados. Essa situação reúne na mesma causa outros territórios como aqueles de mineração com suas centenas de barragens de rejeitos e, os de desflorestamento com seu irreversível impacto climático e hídrico. Esta imagem pode ser colocada ao lado de outra: a expansão do agronegócio duplicada em termos de áreas de produção simplesmente pela incorporação de áreas de pastagens degradadas .

O processo de reterritorialização da BIG a partir de uma singela matriz de relações sociais (figura 11) e mapas do potencial de adequação socioeconômica e ambiental, produzidos utilizando metodologias consolidadas, oficializadas e disponíveis em cursos de Ensino a Distância – EaD (LOBO, 2019) constituem o esboço do desenho de um processo de controle social a partir de lutas e consequente epistemologia. A compreensão dos observadores é visual, direta e imediata.

Durante a análise prospectiva e em parte sob efeito da indução da pandemia ao trabalho em redes digitais foi possível prever uma mudança de escala nos cursos de extensão. Com isto, o curso do PEPET para conselheiros ganhou outra dimensão que configura uma característica básica do observatório: os observadores. Entende-se que nestas posições de protagonismo social está o foco do observatório, a sua conexão direta e continua nas lutas sociais, desde os mecanismos institucionais de participação social até as representações de comunidades tradicionais, passando pelos movimentos sociais e os agentes municipais. Neste escopo estão incluídos os mecanismos de Estado de gestão ambiental, de recursos hídricos, de unidades de conservação, da Defesa civil e da segurança alimentar, entre outros.

A postura e exercício da crítica que faculta a continuidade do diálogo observadores – observatórios - observadores contribui para a pesquisa universitária e com isto, à oferta de serviços de assistência tecnológica – científica, no marco da gestão social, e consolida a relação Colegiado-Extensão, tendo no observatório o mecanismo de troca de saberes e de apoio ao processo de elaboração e gestão do Pacto pela BIG.

Os encaminhamentos, para a extensão e para o colegiado apontam globalmente para uma palavra complicada que a academia usa para dizer troca de saber: epistemologia! Mesmo próximos dos movimentos e lutas sociais, sociólogos de Coimbra (SANTOS, 2018) adotaram a expressão “Epistemologias do sul” para nomear a produção de saberes autônomos em relação à ciência eurocêntrica. As demandas do observatório impulsionam também na pesquisa do PEPEDT, troca de saberes entre quatro vertentes: (i) estudos de casos relacionando abordagens territoriais e políticas públicas, (ii) questões mais conceituais derivadas do

conceito de desenvolvimento sustentável e da teoria das redes, (iii) a abordagem da teoria crítica, principalmente a partir da obra de Habermas e (iv) a sociologia política na qual é possível reunir conceitos-chave da gestão social, como aqueles utilizados neste artigo para a retrospectiva: Participação e Controle social, Cidadania deliberativa, Desenvolvimento territorial sustentável, Direitos coletivos, Interesse bem compreendido e Economia solidária. Contribuições do campo da Gestão social poderão ser mobilizadas particularmente em algumas de suas áreas correspondendo a dinâmicas relacionais. Primeiramente nos conselhos gestores descritos por (TENÓRIO, 2016) e (MACEDO, 2014) como atuação geralmente restrita a auxiliares dos controles públicos, buscando-se ampliar o controle social pela articulação de meios de coerção social. Referências desta perspectiva podem ser encontradas nas Lutas sociais nas quais SANTOS vê o nascedouro das Epistemologias do Sul e na construção de novas constituições, como no Equador e na Bolívia, onde saberes tradicionais são marcos conceituais apontam para o futuro FRANÇA FILHO 2020. Finalmente, a Teoria Crítica, na perspectiva dialógica de HABERMAS ([1970], 2014) poderá contribuir para uma percepção dialógica do Comum das economias solidária, social, da cooperação, entre outras, inclusive da dádiva a partir dos conceitos de “trabalho socialmente organizado” e de “história da espécie”.

Referências bibliográficas

- Abreu, J., Oliveira V., Kraemer C. (2019). Uma análise de construtos teóricos sobre participação e gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, Unijuí, ano 17, n.48 jul/set 2019.
- Boole, G. ([1854] 2009). *An investigation of the law of thought*. Cambridge University Press.
- Bourdieu P. (2010). *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil.
- Bourdieu P. (2002). *Campo do Poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Montessor
- Bourdieu P ([1990] 2019). *Direito e Jeitinho, o campo dos poderes territoriais e da implementação dos regulamentos*, tradução Patrick Maury e Leice Garcia.
- Cançado, A., Rico, A., Iwamoto H. e, Pinheiro, L. (2019) *Gestão social, Autogestão e Gestão democrática pela navalha de OCCAM: uma abordagem conceitual baseada na teoria dos conjuntos*. *Revista Nau Social – V.10, n.18, p17-26, mai/out 2019*.
- Cançado, A., Pereira, J., Tenório, F., (2013). *Gestão Social, epistemologia de um paradigma*. Curitiba, CRV.
- Cassiolato, J., Lastres, M e Stallivieiri, F. (orgs.), (2008) *Arranjos Produtivos Locais, uma alternativa para o desenvolvimento*. Vol. 2, *Experiências de Políticas*. EPapers.
- França Filho, G. (2020), *Solidariedade e Organizações: pensar uma outra gestão*, EDUFBA.
- Garcia, L. e Maury, P. (2019). *A perspectiva relacional no estudo da corrupção sistêmica: uma aplicação prática ao caso do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG)*. 4º Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas públicas. Porto Alegre.
- Garcia, L., Maury, P. e, Teodósio, A. (2019). *Social Participation and Systemic Corruption*. ISTR, 12th Latin America and the Caribbean Regional Conference. Medellín, Colômbia, Jul.2019.
- Glowczewski, B. (2015). *Devires Totêmicos, cosmopolítica do sonho*, n-1
- Godet M. e Durance P., (2011). *A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios*. Dunod-Unesco. (Aplicativos livres: Micmac, Mactor, Morphol e, Multipol).

- Grisa, C. e Delgado, N. (2019). Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: Ideias, interesses e instituições na governança multinível, em Leite, S e Bruno, R. O rural brasileiro na perspectiva do século XXI. Garamond, pág. 227-248.
- Guimarães, N., Vereta-Nahoum, A. (2017). Explorando os sentidos sociais da Economia. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 29, n.1. pág.1-22.
- Habermas, J. ([1970], 2014), *Para a Reconstituição do Materialismo Histórico*. Editora UNESP.
- Haesbart, R. (2004). *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.
- Hirata, A. e Rocha L., Orgs. (2020) *Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e Experiências*. IFSulMinas, 228p.
- Hui, Y., (2016). *The Question Concerning Technology in China. An Essay in Cosmotechnics*. Urbanomic.
- Lobo, J., editor. (2020) *Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas – ISA*. MMA.
- Macedo, L., (2014) *Atuação dos Conselhos Comunitários no acompanhamento e participação cidadã do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí-RJ*. Dissertação de Mestrado, PPGDT/UFRRJ.
- Maury, P., Lamounier, E., Ramos, D., Lima, N., (2020) *Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ*. In *Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Trabalhos de Pesquisa e de Extensão Universitária – Volume 5 / Porto Júnior, Francisco Gilson Rebouças; Zoia, Alceu; Sguarezi, Sandro Benedito; Gamba, Fábio Brega; Pires, Bruno Ricardo Carvalho (Orgs.)*. Boa Vista: Editora UFRR, 2020; Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020. Capítulo 4, pág. 65-85.
- Negrao, O. Villela, L. E. Francisco neto, D. Gomes, P. (2019). *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre as experiências de Los Lagos, Chile; Imbabura, Equador e, Baía da Ilha Grande-RJ, Brasil*. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal RN. *Tempos de/em transformação - utopias.*, 2019. v. XVIII. p. 1-25.
- Perico, R e Ribeiro, M (2005). *Ruralidade Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe*. MDA/SDT e IICA.
- Ramos, D. Villella, L., (2019). *Articulation and Negotiation in the Rural Territorial Council of Ilha Grande Bay for Productive Inclusion*. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)*, Vol-6, Issue-5, May-2019, ISSN: 2349-6495(P) 2456-1908(O), <https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.6.5.77>.
- Rihoux B., Ragin C, (2009). *Configurational Comparative Methods, Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related Technics*. Sage.
- Santos, B. (2018), *Na Oficina do Sociólogo Artesão, aulas 2011-2016*, Cortez.
- Scarso D. (2016) *A ontologia dos outros, entrevista com Philippe Descola*. *Filos, Aurora, Curitiba*, v28, n.43, p. 251-276.
- Tenório, F (2018). *Controle Social de Territórios: teoria e prática*. EDUFT, 239 págs.
- Tenório, F. e Kronemberger, T. organizadores (2016). *Gestão Social e conselhos gestores*. FGV.
- Tenório, F. Organizador (2016). *Cidadania, Território e atores sociais*. FGV.
- Tenório, F. Organizador (2013). *Gestão Social e gestão estratégica, experiências em desenvolvimento territorial*. FGV.

Villela, L., Vidal, M., Freire, N., Araújo, A. (2014). Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Gestão Social como Conceitos indissociáveis: o caso do município de Itaguaí-RJ In: Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social: Limites, desafios e possibilidades. Editorada UFV, 2014, v.1, pág.108-134.

Villela, Lamounier Erthal. Escopo Metodológico. In: Fernando Guilherme Tenório. (Org.). Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 35-49.